

DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE RIO BRILHANTE

Quinta-feira, 23 de outubro de 2025

Ano II | Edição nº 428

Página 10 de 14

Para conferir o original, acesse: https://www.dioe.com.br/verificador/2875-dcee-206a-02c2-c1

Conforme Lei Municipal

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS

Atos Oficiais

Portarias



Instituto de Previdência Social dos Funcionários Municipais de Rio Brilhante "ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL"

PORTARIA-BENEFÍCIO № 046/2025 - PREVBRILHANTE

CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA
POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO
PELA REGRA DO ART. 40, § 1º, III, "a", da
Constituição Federal, A SRA. FATIMA
RODRIGUES DE SOUZA e dá outras
providências. Considerando o Parecer Jurídico
da ACONPREV — Consultoria Previdenciária
Ltda - ME, e o Parecer favorável exarado pelo
Diretor Secretário e de Benefícios do
PrevBrilhante e demais documentos.

Considerando que o Município de Rio Brilhante/MS não realizou as alterações trazidas pela Emenda Constitucional nº 103/2019 na legislação de previdência de seus servidores, aplica-se as normas constitucionais anteriores a sua vigência, conforme prevê o disposto no art. 4º. § 9º da Emenda Constitucional nº 103/2019.

A DIRETORA PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE RIO BRILHANTE - PREVBRILHANTE, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Municipal 1.167/2000 e alterações e Decreto nº. 7.296/2001.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição pela regra do art. 40, § 1º, III, "a", da Constituição Federal, a servidora Sra. **FATIMA RODRIGUES DE SOUZA, Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, Classe 4ª, Letra I, № 09**, da Prefeitura Municipal de Rio Brilhante, em cumprimento da legislação que disciplina a matéria: art. 40, § 1º, III, "a", da Constituição Federal, com redação dada pelas Emenda Constitucionais nº 20/1998 e nº 41/2003 e art. 50, I, II e III, da Lei Municipal nº 1.167/2000 e alterações.

Parágrafo único. O valor dos proventos deste benefício são integrais pela média, conforme metodologia de cálculo disposta no § 3º do art. 40 da Constituição Federal o qual foi regulamentado pela Lei nº 10.887, de 18.06.2004 em seu art. 1º e seguintes, constantes da média das remunerações e da apostila de Proventos (matrícula 1621), com reajuste anual na forma do art. 40, § 8º, da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Art. 2º Esta Portaria entra vigor em 01 de novembro de 2025.

Rio Brilhante/MS, 22 de outubro de 2025.

Evone Bezerra Alves

Diretora Presidente Decreto nº 33.407, de 01/01/2025